



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Jornadas de Junho: posicionamento de grupos e líderes cristãos

June Journeys: positioning of groups and Christian leaders

Kevin Willian Kossar Furtado

Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG)
kevin@aol.com.br

Maria Julieta Weber Cordova

Doutora em Sociologia (UFPR)
Professora na UEPG
julieta.weber@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho apresenta reflexões de segmentos e lideranças cristãs sobre as Jornadas de Junho dispersas em sítios e blogs na rede que representam, para o momento, o que temos de produção a respeito do tema. O artigo apresenta em uma perspectiva ampliada e reunida, ao mesmo tempo reduzida, fragmentada e incompleta, o que pensam as denominações e líderes cristãos que expressaram suas posições através de notas, cartas ou formulações sócio-teológicas. Observa-se que nenhuma igreja cristã ou líder religioso, daqueles que se manifestaram publicamente, almejava criar um movimento específico com demandas, adversários e aliados, bases, lideranças, assessorias, práticas comunicativas, projetos/visões de mundo e culturas de expressão, quando se pensa a questão pela ótica de arranjo dos movimentos sociais, uma das categorias da produção aqui exposta.

Palavras-chave

Manifestações populares. Grupos cristãos. Sociedade civil. Movimentos sociais.

Abstract

This paper presents reflections of segments and Christian leaders on June Journeys scattered in sites and blogs on the net that represent, for the moment, we have production on the subject. The article presents an expanded and assembled at the same time reduced, fragmented and incomplete perspective, what they think the denominations and Christian leaders that expressed their positions through notes, letters or socio-theological formulations. It is observed that no Christian church or religious leader of those who have spoken publicly yearned to create a specific movement with demands, opponents and allies, bases, leaders, adversaries, communicative practices, projects/worldviews and cultures of expression, when think the issue from the perspective of the arrangement of social movements, of the categories of production exposed here.

Keywords

Popular demonstrations. Christian groups. Civil society. social movements.

Considerações Iniciais

Ainda não se produziram profundas reflexões – sistematizadas na forma de artigos científicos, coletâneas ou livros – sobre a performance dos grupos religiosos cristãos nas manifestações populares ocorridas, em sua maior intensidade, em junho de 2013 no Brasil, intituladas de ‘Jornadas de Junho’, talvez por conta da impossibilidade de um reflexão madura, que não seja influenciada diretamente e apenas pelos ânimos de um evento recente e histórico, do ponto de vista de sua relevância e alcance. Ainda em junho de 2013, Magali do Nascimento Cunha, jornalista, professora da Universidade Metodista de São Paulo com pesquisas em mídia-religião-cultura e membro da diretoria da Sociedade Internacional Mídia, Religião e Cultura afirmara que os “acontecimentos ainda estão sendo avaliados e têm deixado lideranças políticas, estudiosos da sociedade e religiosos perplexos e com poucas palavras explicativas deste momento.”¹

O que se produziu, até o momento, no âmbito da produção acadêmica, é um artigo², feito, ao que parece, ‘no calor do momento’, que se pauta em três entrevistas com pastores batistas conhecidos por tratarem questões e políticas sociais brasileiras teologicamente, e que possui uma abordagem deveras segmentada: um olhar que não reflete o conjunto de denominações protestantes do país e que objetiva apresentar a atuação batista como “contracorrente”.³ no tocante ao seu posicionamento ante o *status quo*.

Grande parte do material bibliográfico para a presente investigação encontra-se em outras reflexões sobre a visão de segmentos cristãos com relação às Jornadas de Junho dispersas em sítios e *blogs* na rede e aqui aglutinadas, que representam, para o momento, o que temos de produção a respeito do tema⁴. O esforço, por conseguinte, se constitui em apresentar em uma perspectiva ampliada e reunida – mesmo que, ao mesmo tempo reduzida, fragmentada e incompleta – o que pensam as denominações e líderes cristãos que expressaram suas posições através de notas, cartas ou formulações sócio-teológicas.

Para além disso, a reflexão aqui proposta visa entender se as declarações dos grupos e religiosos indicam alguma espécie de organização das denominações em

¹ CUNHA, Magali do Nascimento. *As manifestações populares, as igrejas, os políticos evangélicos*: para onde estão voltadas as atenções na mídia religiosa. Disponível em: <<http://midiareligiao politica.blogspot.com.br/2013/06/as-manifestacoes-populares-as-igrejas.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

² PINHEIRO, Jorge. Política e protestantismo ocupam as ruas. Reflexões sobre as mobilizações populares de junho de 2013. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 27, n. 1, p. 219-236, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/download/4194/3633>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

³ PINHEIRO, 2013, p. 219.

⁴ Ao menos, o que encontrado sobre pelo pesquisador.

movimentos sociais. Segundo Maria da Glória Gohn⁵, um movimento social se constitui numa expressão de uma ação coletiva derivada de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Para Gohn, os elementos que constituem os movimentos sociais são: demandas que os identificam, adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias – que formam redes de mobilizações, práticas comunicativas, projetos ou visões de mundo em que se baseiam as demandas e culturas peculiares no modo de encaminhar suas reivindicações.

Antes de tratar da postura de grupos e líderes religiosos sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil, faz-se necessária uma caracterização geral do que se constitui o movimento.

Breve caracterização das jornadas de junho de 2013 no Brasil

Para Ruy Braga, cita Raquel Rolnik, a ampliação e efetivação dos direitos sociais é o cerne de interpretação da maior revolta de expressão popular da história do Brasil, que teve como estopim a mobilização contrária ao aumento da tarifa dos transportes públicos, combatidas pelo Movimento Passe Livre.⁶ O que assemelha o movimento brasileiro com o de outros países, segundo Rolnik⁷ é um cenário composto majoritariamente por jovens, convocados por redes sociais, sem a presença de partidos, sindicatos e outras organizações tradicionais.

Os manifestos de junho de 2013 tiveram início na luta organizada pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) contra o aumento da tarifa que, todavia, não se configurou como um movimento novo. A iniciativa tem sua origem em 2003, quando da revolta organizada contra o aumento da passagem em Salvador, que ocorreram durante todo o mês de agosto do citado ano e que fora batizada de Revolta do Bazu, a qual acontecia de forma descentralizada, com organização em assembleias realizadas nos bloqueios.⁸

A Revolta, lembra o MPL-SP, cobrava um afastamento de modelos hierarquizados e levantava uma forma embrionária de organização. No contexto, grupos estudantis aparelhados por grupos partidários constituíram lideranças e negociaram com o poder público em favor dos manifestantes.

⁵ GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 14

⁶ ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 8.

⁷ ROLNIK, 2013, p. 11.

⁸ MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 14.

Outro precursor do MPL, a Revolta da Catraca, em Florianópolis, Santa Catarina, lançou as bases para um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, onde os coletivos locais, federados, não se restringem a uma organização central e que possui sua política orquestrada por baixo, por todos os manifestantes, sem dirigentes e sem compromisso de resposta com qualquer instância superior. “As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana.”⁹ O combate às catracas se constitui como a base da ação do MPL-SP.

No que tange as manifestações de junho de 2013, o MPL-SP¹⁰ entende que a reapropriação do espaço público pelos trabalhadores significa a superação dos ideais do Movimento, que, em seus primórdios, almejava o passe livre para estudantes. Quando as tarifas aumentaram, saltaram aos olhos as contradições que afetam todos os segmentos sociais e não apenas dos estudantes; a luta pelo transporte diz respeito à cidade e não se restringe a uma categoria. A perspectiva do passe livre para todos surge ao se revisitar o projeto Tarifa Zero, da Prefeitura de São Paulo no início dos anos 1990. A partir deste, o Movimento compreende e desfaz as problemáticas em torno dos argumentos técnicos que impossibilitavam a discussão sobre a diminuição de valores. Desde então, o MPL-SP assume o discurso do transporte como direito fundamental, que dá acesso a outros direitos de serviços públicos. “O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas.”

Na tomada das ruas durante as Jornadas de Junho de 2013, para o MPL-SP¹¹, toda artimanha técnica na formulação das tarifas e na gestão dos transportes fora lançada por terra. Quando se reverteu o aumento do valor nos preços em mais de 100 cidades, o controle político da gestão dos transportes foi, por um período, deslocada. O Movimento reconhece que as mobilizações sempre foram muito mais amplas que ele, porém, a tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade dos atos e o foco no aumento das tarifas conduziu o tom das lutas.

Carlos Vainer¹² considera que governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cientistas políticos e sociais foram tomados de surpresa pelas manifestações de junho, visto a rapidez com que se multiplicaram, pelas multidões que arrastaram, pela pluralidade de pautas e de problemas sociais levantados que se impuseram à agenda política e tornaram possíveis certas mudanças sociais e políticas antes inalcançáveis. Para

⁹ MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013, p. 15.

¹⁰ MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013, p. 15-16

¹¹ MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013, p. 17.

¹² VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 35.

ele¹³, no contexto das problemáticas que conduziram às manifestações, “o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto.”

Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, recorda Secco¹⁴, 84% dos manifestantes paulistas presentes na passeata do dia 17 de junho, não tinham preferência partidária, enquanto 71% participavam de um protesto pela primeira vez e 53% dos presentes tinha menos de 25 anos. Pessoas com curso superior somavam 77%. Os dados, para Secco, revelam o óbvio: visto não haver manifestações de massa no país desde 1992, essa fora a primeira experiência de muitos jovens; a preferência partidária no Brasil é baixa.

Mesmo com a maioria dos jovens usando a internet para se mobilizar, os temas continuavam produzidos pelos meios hegemônicos de comunicação. A internet, para além de se configurar como um espaço de interação mediado pelo consumo, se encontra vigiada pela “inteligência” dos governos. As manifestações, em seu ápice, em 17 de junho, influenciadas pela repressão policial que gerou uma onda de solidariedade ao MPL-SP, reuniu na capital paulista cerca de 250 mil pessoas.¹⁵

Venício Lima¹⁶ reflete que, mesmo com a velocidade em que ocorrem as mudanças tecnológicas, principalmente no campo das comunicações, a dita velha mídia, televisão, rádio, jornais e revistas, centraliza de tal modo que praticamente nada divulga-se sem seu envolvimento.

Por conseguinte, os jovens que conectados à rede que participaram das manifestações, mas que não se informam, se divertem e se expressam pela velha mídia, dependem dela, ainda, para alcançar visibilidade pública. Isso ocorre porque os meios de informação hegemônicos monopolizam a publicação de informações públicas. As TICs, principalmente as redes sociais virtuais acessadas por dispositivos móveis, diz Lima¹⁷, não garantem a inclusão de jovens e de outros grupos sociais brasileiros no debate público. O monopólio reside no poder da velha mídia.

Sobre a atuação dos meios de comunicação, Lima¹⁸ escreve que, num primeiro momento, elas condenaram as manifestações e cobraram maior rigor policial contra elas. Todavia, como o movimento ganhou fôlego, a mídia alterou completamente sua postura: passou a cobrir os acontecimentos em tempo real, atuando como uma observadora imparcial dos fatos, que não tinha nada que ver com as causas que desencadearam os manifestos. Para Lima, a mídia tentou cooptar, instigar e pautar as manifestações, através

¹³ VAINER, 2013, p. 39.

¹⁴ SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71.

¹⁵ SECCO, 2013, p. 72-73.

¹⁶ LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 89.

¹⁷ LIMA, 2013, p. 90.

¹⁸ LIMA, 2013, p. 92.

de causas aparentemente alheias às motivações iniciais. A velha mídia viu no processo a possibilidade de disfarçar seu papel histórico como bloqueadora das vozes da maioria da população brasileira. Também, pensa Lima, atuou para desmanchar as “inegáveis conquistas sociais dos últimos anos em relação ao combate à desigualdade, à miséria e à pobreza.”

Produção bibliográfica sobre cristãos nas manifestações: caso dos batistas

Pinheiro¹⁹ relembra que os batistas brasileiros se postaram de maneira favorável à ditadura militar de 1964, certo raras exceções. O cenário atual é outro, menciona. Quase 50 anos depois, jovens líderes batistas colocam-se ao lado dos manifestantes, protestando e auxiliando na organização de manifestações.

Ao introduzir as percepções de seus três interlocutores, os pastores batistas Fabio Bentes, Leandro Seawright Alonso e Luciano Batista, Pinheiro²⁰ considera que a postura destes soa inusitada, visto que há 50 anos tais apreensões da realidade não eram comuns entre os batistas. Para Bentes, as manifestações de rua de hoje dão continuidade ao ministério de Jesus, de denúncia do mal, com opinião, mobilização e oração; Alonso pensa que participar de uma manifestação pressupõe um externalismo mental, enxergar a alteridade como viés de transformação social, comungar ideias, ideais, teologias; Batista vê os partidos políticos silenciados ante as manifestações, influência do não crerem na força, credibilidade, capacidade e poder de mobilização jovem.

Tornando ao tempo da ditadura militar de 1964, Pinheiro²¹ reproduz um trecho de uma entrevista com o reverendo Jaime Wright, o qual diz que o diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo lhe dissera que a repressão não se preocupava com os protestantes, em linhas gerais, mas com os católicos, visto haver certa subserviência daqueles ao regime. Santos pondera que, apesar de parecer se portar de modo neutro e omissão diante da repressão, torturas e outros excessos do período, não se pode padronizar a atuação dos protestantes no período, visto haver uma divisão no mundo evangélico e diversidade organizacional, teológica, litúrgica e política. Porém, o que imperava – e Santos faz menção de Freston – era o rótulo do protestantismo como o “baluarte da ditadura” em detrimento da defesa da democracia executada pela Igreja Católica no Brasil.²²

Ao se pensar um contexto reivindicatório específico, caso das manifestações das Jornadas de Junho, Bentes²³ pensa que a igreja não deve fazer propostas específicas, visto

¹⁹ PINHEIRO, 2013, p. 220.

²⁰ PINHEIRO, 2013, p. 220-221.

²¹ PINHEIRO, 2013, p. 222.

²² PINHEIRO, 2013, p. 223.

²³ PINHEIRO, 2013, p. 224-225.

que indagações do movimento não podem ser olhadas apenas pelo prisma religioso e que o discurso da igreja deve ser o mesmo do das ruas: por justiça, pelo cuidado do pobre, do necessitado, do oprimido, por severidade no trato da corrupção e por transparência nas contas públicas. Todavia, Bentes considera que os manifestos não podem ter um perfil generalista, para não perder o foco. O pastor se preocupa com a direção dos manifestantes e sugere que homens mais velhos, “homens da sociedade”, “homens da nação”, liderem o povo – mesmo entendendo que esses estão limitados pelo horário comercial para sair às ruas, em relação a estudantes que têm um horário mais flexível.

Pinheiro apresenta²⁴ a posição de Seawright que entende as manifestações como forma de amar e clamar pela humanidade, como um grito que remete aos oprimidos e que busca, não dar voz aos silenciados, mas de dar ouvidos à sua voz e seu corpo.

Líderes cristãos e seus olhares sobre as manifestações

A reflexão, aqui, foca os pronunciamentos religiosos publicizados na internet sobre os levantes de junho de 2013. Nesse sentido, parques são os materiais que se encontram disponíveis. Em sua maioria, constituem-se de reflexões pontuais e localizadas sobre o tema em pauta. Vale ressaltar que o intuito do trabalho e da sistematização que segue passa ao largo de peculiaridades teológicas de cada denominação apresentada.

Cunha²⁵ diz que além da aprovação e estímulo à participação de lideranças e igrejas nas manifestações, observou-se um considerável número de sujeitos participantes do movimento declarando que o faziam na condição de cristãos. Nas ruas via-se vários manifestantes com cartazes que faziam alusão ao termo ‘protestante’ como expressão/razão/referência de suas bases de motivação.

Silas Malafaia: o povo não está à venda

O site de notícias *Gospel +* usou de comentários do pastor e presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, em sua conta no *twitter*²⁶, para produzir um texto onde apresenta as principais argumentações do líder religioso. Para Malafaia, o Partido dos Trabalhadores (PT) se esqueceu de movimentos horizontais e buscou ampliar seu controle sobre entidades da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento Sem Terra (MST), sindicatos, entre outros. O pastor brada que a população não se encontra à venda e critica os gastos com a construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014 em detrimento de investimentos com saúde, educação e infraestrutura.

²⁴ PINHEIRO, 2013, p. 226.

²⁵ CUNHA..., 2013.

²⁶ <https://twitter.com/PastorMalafaia>

Malafaia entende que as manifestações carregam uma pauta plural, para além das reclamações do transporte público; critica as depredações e, implicitamente, defende a polícia, ao citar outros casos. “As nações mais democráticas do mundo permitem manifestações pacíficas. Um milímetro de baderna a policia ‘baixa o pau’. Somos a favor de manifestações pacíficas, isto vale inclusive para nós. Baderna, ataques a instituições [...], não!”, cita o pastor. Ele critica também a cobertura realizada por um órgão da imprensa no período, o jornal *Folha de S.Paulo*, o qual, diz o líder assembleiano, não mostrava os reais motivos dos manifestos, mas ressaltava as críticas dos manifestantes ao governo de São Paulo. Outro problema, para Malafaia, resulta, segundo ele, da formação acadêmica de esquerda dos jornalistas que os leva a atacar os grupos evangélicos.

Leonardo Boff: sonhos e a defesa da vida

Leonardo Boff, eminente teólogo da libertação, se remete a pensadores na busca de respostas para os anseios dos participantes das manifestações de rua de junho de 2013. O primeiro, Darcy Ribeiro, em *O caminhar da Igreja com os oprimidos*²⁷, diz que o Brasil nasce de um empreendimento colonial, que não objetivava fundar um povo, mas que buscava, primordialmente, gerar lucros exportáveis. A segunda citação parte de *A refundação do Brasil: rumo à sociedade biocentrada*, de Luiz Gonzaga de Souza Lima, que defende o inventar de outros rumos, de refundar o Brasil como sociedade.

Uma terceira intervenção usada por Boff é a do escritor francês François-René de Chateaubriand, onde: “Nada é mais forte do que uma ideia quando chegou o momento de sua realização.” Boff compartilha uma visão geral das Jornadas de Junho: sem siglas e partidos, que refletem a indignação dos brasileiros com corrupção, deficiência da democracia, as desigualdades sociais e os jogos do poder. O teólogo defende um país “à altura da consciência que desenvolvemos como cidadãos e sobre a nossa importância para o mundo”, que cuide da biodiversidade, da criatividade da cultura nacional e de um povo “misturado, alegre, sincrético, tolerante e místico.”

Ainda hoje, pensa Boff, o Brasil funciona, na condição de recolonizado, como uma grande empresa neocolonial exportadora, o que impede que os seus realizem um projeto de nação independente. O que se observou nos movimentos de rua, diz o teólogo com referência em Souza Lima, foi o expressar do Brasil que permeia o imaginário e o sonho do povo. Todavia, a sociedade construiu um Brasil diferente do almejava país do futuro, soberano, livre, justo, forte, feliz.

Mais uma vez em Souza Lima, Boff pergunta sobre que base se fará a refundação do Brasil. A resposta está no que de mais fecundo e original possuímos: a cultura brasileira. Através dela o povo enxergará infinitas possibilidades. A cultura, como que inflamada por um fluxo criativo, pudesse escapar dos constrangimentos da dependência,

²⁷ Ribeiro escreveu o prefácio da obra, de autoria de Boff.

subordinação e dos limites socioeconômicos e políticos da “empresa” Brasil. Assim, a cultura brasileira escaparia da insignificância e da condição periférica e se lançaria com excelência em relação a outras culturas. “Não serão estes milhares de manifestantes, os protagonistas antecipadores do ancestral e popular sonho brasileiro? Assim o queira Deus e o permita a história”, sonha o teólogo.

Em outro texto, Boff considera que as manifestações de massa representam mais do que reivindicações pontuais, como uma melhoria no transporte urbano, saúde, educação, saneamento, trabalho, corrupção: ela espalha-se profusamente em

algo mais profundo, diria quase inconsciente, mas não menos real: o sentimento de uma ruptura generalizada, de frustração, de decepção, de erosão do sentido da vida política, de angústia e medo em face de uma tragédia ecológico-social que se anuncia por todas as partes e que pode pôr em risco o futuro comum da humanidade. Podemos ser até uma das últimas gerações a habitar este planeta.²⁸

Para o teólogo, a assertiva se explica pelo fato de que 77% dos manifestantes tenham curso superior, “gente capaz de sentir este mal estar do mundo e expressá-lo como recusa a tudo o que está aí.”

As revoltas, para ele, se apresentam ante um mundo globalizado, primeiramente, onde o império norte-americano em crise vigia parte dos internautas, usa de violência contra opositores, mente para motivar guerra contra o Iraque, desrespeita direitos e normas internacionais e nega valores humanitários e democráticos que dele partiram e inspiraram outros países. Segundo, a situação do Brasil, que, mesmo com as políticas sociais do Partido dos Trabalhadores (PT), não aliviou o sofrimento de milhares de habitantes, gerado pela favelização das cidades, baixos salários e a ânsia por lucro do grande capital, a qual, pela crise sistêmica e a concorrência, superexplora a força de trabalho.

O terceiro fator que motiva os manifestantes, segundo Boff, se inscreve no plano religioso, onde a Igreja Católica se encontrara em escândalos que abalaram a fé de milhões, como no caso da pedofilia de padres, bispos e cardeais, de escândalos sexuais na Cúria romana e na manipulação de milhões de Euro no Banco do Vaticano (IOR). No espectro neopentecostal, as igrejas atraem público com seus programas televisivos, numa lógica mercadológica que transforma a religiosidade popular em negócio repugnante. Segundo Boff, setores da Igreja Católica têm usado do estratagema com a espetacularização de showmissas e com os padres-cantores “com sua autoajuda fácil e canções melífluas.”

²⁸ BOFF, Leonardo. *Leonardo Boff: o sentido da vida e as manifestações das ruas*. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/leonardo-boff-o-sentido-da-vida-e-as-manifestacoes-das-ruas.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

Por fim, Boff elenca o que considera a situação dramática do planeta e os projetos de crescimento material que destroem as bases de sustentação da vida, como a devastação de florestas e a destruição da biodiversidade natural. O teólogo atenta para as estimativas pessimistas com relação ao aquecimento global e recorre à Carta da Terra ao apontar meios aos impasses: “nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados”, diz a Carta; uma interligação inconsciente, diz ele, que leva milhares às ruas.

Ariovaldo Ramos: controle social

Ariovaldo Ramos, conferencista cristão e ministro da Comunidade Cristã Reformada recorre aos primórdios do cristianismo para legitimar os protestos. Segundo ele, os primeiros líderes do movimento cristão enfrentaram um protesto popular. No contexto, eles possuíam autoridade reconhecida e os cristãos tinham tudo em comum. Os bens de todos eram entregues às lideranças, que distribuíam os recursos de modo a atender às necessidades de cada um. Todavia, com o crescimento do movimento, a administração dos recursos falhou em alcançar a todos. Surge, em decorrência, segundo Ramos, um protesto popular.

Os fundadores do movimento, continua o teólogo, pararam para ouvir os manifestantes e reconheceram a legitimidade do movimento. Por fim, a administração dos bens passou ao controle popular, que elegeu seus representantes para cuidar do bem comum.

Analogamente, os brasileiros se posicionam nas ruas, relaciona Ramos. Eles querem direcionar o poder. Os governantes precisam admitir que o bem comum carece de boa administração e o Estado necessita se abrir para o controle social, priorizando as diretrizes da população, através do controle de gastos públicos, por exemplo. Para o conferencista, se agir assim, a presidência entenderá que chegou a hora de realizar as reformas política, tributária, jurídica, partidária e eleitoral.

Robson Rodovalho: foco e reflexão

O bispo Robson Rodovalho, da Igreja Sara Nossa Terra, notícia o *Gospel Prime*, escreveu um texto²⁹ sobre as manifestações onde elogia a atitude dos jovens, mas apontou para a necessidade de objetivos mais claros dos mesmos e democráticos, pois, para ele, uma ação sem propósitos pode não dar bons resultados.

Rodvalho convida para a reflexão do que pode reconstruir o sentido da pátria e aconselha a manter a fé e prestigiar a família. Diz ele: “*nada é mais importante do que refletir. Sugiro que outras agendas diferentes da reflexão fiquem nas mochilas de cada [um]de nós.*”

²⁹ Para além do site, não se encontrou outro sítio onde a texto estivesse disponível.

Hermes Fernandes: protestantes protestantes?

O bispo, conferencista cristão e presidente do colégio episcopal da Reina – Igreja do Futuro, Hermes Fernandes, adota a postura mais radical entre os líderes religiosos que se expressaram na rede sobre as manifestações de junho de 2013 – pelo menos no que diz respeito aos termos empregados. Ele se mostra envergonhado com o que classifica como adestramento dos protestantes³⁰ ao sistema. Fernandes chega a declarar que os protestantes são qualquer coisa, menos isso, e duvida se são, de fato, cristãos. O reverendo reclama que os protestantes, ao invés de se portarem de modo subversivo, foram subservientes.

Para Fernandes, a ausência das igrejas cristãs nos protestos, o silêncio de seus líderes e as críticas que alguns fazem às manifestações causam pesar para o cristianismo. “A gente só se reúne quando está em jogo algo de nosso interesse. Por isso a sociedade não nos leva mais a sério. Somos anacrônicos. Indiferentes ao que Deus está fazendo para além dos nossos muros”, diz, cobrando uma postura social das igrejas cristãs.

Segundo o líder religioso da Reina, muitos dirigentes cristãos pensam que apenas devem participar de movimentos organizados pelos próprios grupos que fazem parte, enquanto outros se preocupam com riscos de participação, por conta da ação policial violenta, em alguns casos. Todavia, pensa Fernandes, se o cristão não é capaz de ser expor por amor aos demais, como pode transmitir uma mensagem bíblica com competência? “O mundo precisa saber que nos importamos, não apenas com questões morais ou com o destino de suas almas, mas também com o que diz respeito ao bem comum”, sentencia, indicando um caminho para que as igrejas tornem a possuir credibilidade e relevância.

Grupos religiosos e seus posicionamentos ante as manifestações. CNBB: ouvir as ruas

Em nota, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) mostrou solidariedade e apoio às manifestações, conquanto que as mesmas sejam pacíficas. Para a entidade, trata-se de um fenômeno que desperta a nação para uma nova consciência e cobra cuidado e discernimento para a identificação de seus valores e limites no intuito de construção de uma sociedade igualitária e fraterna.

A CNBB entende que as mobilizações questionam a todos e certificam a impossibilidade de vida num país com gritantes desigualdades, alicerçando-se num justo e necessário requerimento por políticas públicas globais, além de clamarem contra a corrupção, impunidade, falta de transparência na gestão pública e a violência contra a juventude.

³⁰ Fernandes faz uso do termo em sua conotação religiosa.

Para os bispos, em uma sociedade onde a população tem seu direito de condução da vida negado, a participação popular nas ruas exemplifica que a prática da solidariedade e do serviço gratuito ao próximo se constitui como sentido de existência e que a indiferença e o inconformismo mobilizam, sobretudo os jovens, a resignarem a vida e se tornarem estorvos na alteração das estruturas que ferem a dignidade humana. Para a os bispos, os brasileiros não mais dormem em “berço esplêndido”.

Segundo a nota, o direito democrático das manifestações deve ser garantido pelo Estado, na respeito à paz e à ordem. Para a CNBB, nada justifica a violência, a destruição de patrimônio público e privado, nem o desrespeito e a agressão a pessoas e instituições e o cerceamento da liberdade de ir e vir, pensar e agir de modo diferente.

CONIC: contra a violência policial

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), segundo Cunha, manifestou-se publicamente em curto espaço de tempo, depois da ação violenta da polícia nos protestos em São Paulo no dia 13 de junho, que ficou conhecido como a Revolta do Vinagre. Em nota, o Conselho recriminou a ação policial – legitimada pela grande mídia, acusam –, especificamente, no dia 13, quando de uma manifestação pública organizada em São Paulo contra o aumento das passagens de ônibus. Para o texto, a polícia militar de São Paulo agiu com violência numa manifestação pacífica, que apenas expressava a descontentamento de cidadãos contra uma medida que afeta usuários do transporte público.

A nota resgata e condena outras ações policiais em diferentes estados: contra povos indígenas no Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro, por ocasião da desocupação do Museu do Índio, como exemplos, as quais, diz o texto, não são repercutidas pela mídia.

O CONIC, em crítica à realização da Copa do Mundo, apontou o mercado financeiro e os megaconglomerados empresariais como os únicos beneficiados com o evento e pontou os reais interesses da população brasileira: um transporte público eficiente, de qualidade e com preço acessível, o ouvir as populações afetadas pelos grandes empreendimentos, um diálogo das instâncias municipais, estaduais e federal para um projeto de país que preze pelo bem-estar da população e o cumprimento das convenções internacionais de direitos humanos.

Igreja Metodista: preocupação com a violência

A Igreja Metodista da Terceira Região Eclesiástica de São Paulo endereçou carta, assinada pelo bispo José Carlos Peres, ao governo do estado paulista, Geraldo Alckmin, em 14 de junho, preocupada com as cenas de violência transmitidas pela imprensa das manifestações populares contra o aumento da tarifa de ônibus. A Igreja Metodista

entendia que o aumento da tarifa, do modo como fora implantada, prejudicava o planejamento familiar dos que mais precisavam do transporte público.

Os metodistas lastimam, segundo suas palavras, pela mobilização popular estar influenciada por interesses partidários manipulatórios e pelos confrontos entre policiais e jovens, visto que a denominação ressalta, na carta, que não aprova qualquer tipo de violência, verbal ou física, da população para com os policiais e vice-versa. A igreja apelou para uma postura dialogal do governador e lamentou que “pessoas más intencionadas” usassem dos manifestos para causar danos ao patrimônio público.

ABB: condições injustas contra o cidadão

Em nota assinada pela pastora Odja Barros, presidente da Aliança de Batistas do Brasil (ABB), datada de 18 de junho, a entidade ecumênica que se posiciona compromissada com os “empobrecidos [...] da sociedade”, manifesta total apoio às manifestações populares do contexto tratado pelo artigo. A nota expressa que os manifestos partiram da ação do movimento ‘Passe Livre’ e sua pauta primeira: a reclamação de um transporte público de qualidade, com tarifas justas e a denúncia dos gastos “imorais” empreendidos nas edificações de estádios para a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014.

A ABB destaca o que considera como as condições injustas e excludentes da FIFA para a construção dos estádios, que afastam os brasileiros da “festa do povo e do esporte” que seria a Copa e limita a população como mera espectadora de um acontecimento que se destinará a estrangeiros e à elite nacional – em detrimento das carências na infraestrutura básica, como saneamento, educação pública, saúde, segurança e emprego.

Ainda, a nota se posiciona contra a PEC 37³¹ e o modo como se conduz a agenda indígena no Brasil e expõe o desejo de que as manifestações mudem o perfil comodista do brasileiro através da democracia e despertem o país da alienação na busca do atendimento daquelas pautas reivindicatórias coletivas.

Considerações finais

Um dos objetivos do presentetrabalho intenta entender se os posicionamentos de denominações cristãs e líderes religiosos do segmento fazem referência à organização em movimentos sociais, conforme as categorias elencadas por Gohn.³² Nesse sentido observa-se que nenhuma igreja cristã ou líder religioso, daqueles que se manifestaram publicamente com textos, cartas e notas na rede, almejava, ao que tudo indica, criar um

³¹ Desfecho da PEC 37 em: <http://oglobo.globo.com/pais/pec-37-votada-rejeitada-na-camara-dos-deputados-8806597>. Acesso em 30 jan. 2014.

³² GOHN, 2009, p. 14.

movimento específico com demandas, apontando adversários e aliados, bases, lideranças, assessorias, práticas comunicativas, projetos/visões de mundo e culturas de expressão, quando se pensa a questão globalmente, pela ótica de arranjo dos movimentos sociais, com relação às Jornadas de Junho no Brasil.

O que aparece são declarações localizadas e pontuais que em seu conjunto apoiam os manifestantes e comungam com ideais desses, como na crítica aos direcionamentos de investimentos públicos, à corrupção política, a ineficácia da gestão pública, a falta de possibilidades de acesso a serviços essenciais e a postura violenta da polícia na contenção dos manifestantes. Todos os grupos arrolados no trabalho são unânimes no repúdio contra qualquer forma de violência, seja de que lado for.

Algumas variantes das declarações convencionais proferidas pelas organizações religiosas estão presentes na fala de líderes isolados, dentre os quais se destaca o notável Leonardo Boff, que compreende as manifestações como um estado profundo, inconsciente, de indignação do ser, de ruptura, frustração, decepção, perda do sentido da vida política, de angústia, medo, que se aglutinam em desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais ao mesmo tempo.

Distingue-se também o discurso de Hermes Fernandes, da Reina – Igreja do Futuro, que tem como vergonhosa a postura dos protestantes e o classifica como adestrados ao sistema. Fernandes sentencia que os protestantes não podem nem ser considerados cristãos, pela postura incoerente e subserviente adotada ao longo das Jornadas de Junho.

Excetuando os escassos textos de grupos e líderes religiosos na rede, nada mais se encontra sobre a postura e atuação específica dos cristãos nas manifestações brasileiras de junho de 2013. Por hora, as hipóteses conduzem a pensar que o empenho de ação dos grupos cristãos pauta-se por outras agendas que não aquela da discussão de temas de espectro puramente secular. Quem sabe, ocorra uma espécie de alienação cristã, conforme os indicativos de Boff relacionados no presente texto. Ou, numa interpretação do trabalho de Pinheiro (2013), ainda perduram resquícios de uma conformidade com o poder entre os cristãos e a ação manifestatória ainda seja inusitada dentre esses. Seja qual for a conjectura adotada, ela se reflete nas enxutas declarações virtuais encontradas em relação à quantidade e pluralidade de denominações cristãs existentes no Brasil.

Referências

BARROS, Odja. *Nota de Apoio às Manifestações populares e democráticas em nosso País*. Disponível em: <<http://www.aliandebatistasdobrasil.com/2013/06/nota-de-apoio-as-manifestacoes.html>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

BOFF, Leonardo. *A refundação do Brasil? O sentido oculto das manifestações de rua*. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2013/07/21/a-refundacao-do-brasil-o-sentido-oculto-das-manifestacoes-de-rua/>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

_____. *Leonardo Boff: o sentido da vida e as manifestações das ruas*. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/leonardo-boff-o-sentido-da-vida-e-as-manifestacoes-das-ruas.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. *Nota do CONIC sobre a repressão policial ocorrida durante as manifestações em São Paulo por conta dos reajustes das passagens*. Disponível em: <<http://www.conic.org.br/cms/noticias/416-em-nota-conic-condena-brutalidade-policial-e-estatal>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONSELHO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Nota da CNBB: "Ouvir o clamor que vem das ruas"*. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/imprensa/sala-de-imprensa/notas-e-declaracoes/12248-nota-da-cnbb-qouvir-o-clamor-que-vem-das-ruasq>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

CHAGAS, Tiago. *#MudaBrasil: pastor Silas Malafaia comenta protestos de manifestantes pelo Brasil e diz que "o povo não está à venda"*. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/mudabrasil-malafaia-protestos-manifestantes-55743.html>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CUNHA, Magali do Nascimento. *As manifestações populares, as igrejas, os políticos evangélicos: para onde estão voltadas as atenções na mídia religiosa*. Disponível em: <<http://midiareligiaopolitica.blogspot.com.br/2013/06/as-manifestacoes-populares-as-igrejas.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

_____. *Manifestações políticas nas ruas do Brasil: e as igrejas?* Disponível em: <<http://midiareligiaopolitica.blogspot.com.br/2013/06/manifestacoes-politicas-nas-ruas-do.html>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

FERNANDES, Hermes C. *Protestantes com V de vergonha*. Disponível em: <<http://www.hermesfernandes.com/2013/06/protestantes-com-v-de-vergonha.html>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOSPEL PRIME. *É importante ter um propósito claro, diz Rodovalho sobre as manifestações*. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/manifestacoes-proposito-robson-rodvalho/>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

LIMA, Venício A. de. *Mídia, rebeldia urbana e crise de representação*. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 89-94.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE - SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

PERES, Bispo José Carlos. *Últimos acontecimentos de violência em São Paulo*. Disponível em: <<http://www.metodista.br/fateo/noticias/carta-do-bispo-peres-ao-governador-de-sp>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

PINHEIRO, Jorge. Política e protestantismo ocupam as ruas. Reflexões sobre as mobilizações populares de junho de 2013. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 27, n. 1, p. 219-236, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/download/4194/3633>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

RAMOS, Ariovaldo. *Vamos às ruas!* Disponível em: <<http://ariovaldoramosblog.blogspot.com.br/2013/06/vamos-as-ruas.html>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

ROLNIK, Raquel. Apresentação - As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 7-12.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevêdo. *Jornadas de Junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/editora-universitaria-disponibiliza-e-books-jornadas-de-junho-e-campina-grande-hoje-e-amanha/>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 35-40.

[Recebido em: abril de 2014

Aceito em: setembro de 2014]